Perguntas a fazer a um advogado penal em Braga na primeira reunião A primeira reunião com um advogado penal é, muitas vezes, um momento de nervosismo. A pessoa chega com a cabeça cheia de preocupações e sai a perceber que se esqueceu de perguntar metade do que queria. Preparar algumas perguntas com antecedência ajuda a aproveitar melhor o tempo e a avaliar se aquele advogado é a escolha certa. Estas são algumas das advogado penal questões que fazem sentido colocar numa consulta em Braga, seja como arguido, seja como vítima. Comece pelo enquadramento. Pergunte em que fase está o processo, se já existe, e o que pode acontecer a seguir. Pergunte que tipo de crime está em causa e o que isso implica: se é público, semipúblico ou particular, se há prazo de queixa a respeitar, se é possível desistir. Pergunte que direitos tem na sua posição concreta e se há alguma coisa que deva fazer, ou evitar fazer, nos próximos dias, como prestar declarações, contactar a outra parte ou publicar algo nas redes sociais.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Depois, passe à estratégia. Quais são as opções disponíveis e que riscos tem cada uma? Faz sentido requerer a abertura de instrução, propor uma suspensão provisória do processo, constituir-se assistente ou deduzir um pedido de indemnização civil? Que prova existe e que prova falta? Um advogado sério responde com franqueza, mesmo quando a resposta não é animadora, e explica porque é que não pode prometer um resultado concreto. Não tenha receio de perguntar sobre custos. Quanto vai custar cada fase? O que está incluído no orçamento e o que fica de fora? Há custas judiciais a pagar? Existe possibilidade de apoio judiciário? Pergunte também quem vai acompanhar o processo, se será sempre o mesmo advogado, com que frequência receberá notícias e qual o prazo habitual de resposta a um email ou telefonema. Estas respostas dizem muito sobre a relação que vai ter com o advogado penal durante meses, ou anos. Por fim, pergunte sobre a experiência do advogado com casos semelhantes e com o tribunal onde o processo corre. Em Braga, conhecer o funcionamento do Tribunal Judicial da Comarca de Braga e do juízo de instrução criminal é uma vantagem prática. Na QUOR Advogados, estas perguntas têm respostas claras: orçamento antes de avançar, resposta em 24 horas úteis, acompanhamento pelo mesmo advogado e advogados inscritos na Ordem dos Advogados, como a Dra. Paula Pratinha e o Dr. David Silva. Leve as suas perguntas para uma consulta inicial de 70€, com análise do caso, diagnóstico jurídico e defesa em direito penal plano de ação, presencial no centro de Braga ou online por videochamada. Marcações pelo +351 939 709 888.

888 FAQ:

Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.